



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º DE 2019

Parecer sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 07, de 2019 – CN, que "*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Nivaldo Albuquerque

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem n.º 178/2019, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 07, de 2019-CN (PLN 07/2019), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00 (trezentos mil, setecentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

O art. 2º da proposta esclarece que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Total do Crédito Especial	300.726	300.726
---------------------------	---------	---------

Segundo a exposição de motivos, o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Elucida ainda que, de acordo com o art. 46, § 4o, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO-2019, que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante destas neste exercício.

A exposição de motivos destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5o do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

Ressalta ainda, que o crédito não causa alteração do Plano Plurianual, para o período de 2016 a 2019, pois se refere ao atendimento de ações constantes de programa destinado exclusivamente a operações especiais, que não integra o aludido Plano, conforme estabelece o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016. 7.

Por fim, salienta que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

O Projeto foi recebido no Congresso Nacional, em 14 de maio de 2019, enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e designado pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, este Parlamentar para relatar a matéria.

Ao Projeto de Lei nº 07/2019-CN (PLN 07/2019), foram apresentadas 4 (quatro) emendas.

É o relatório.

II – EMENDAS

Conforme informado anteriormente, foram apresentadas ao projeto de crédito especial 4 (quatro) emendas, detalhadas no demonstrativo anexo, que indico ao Presidente para serem declaradas inadmitidas, de acordo com art. 15, XI, da Resolução 01/2006-CN:

AUTOR	NÚMERO	QUANTIDADE
Renata Abreu	1 e 2	2
Evair Vieira de Melo	3 e 4	2
TOTAL DE EMENDAS		4

As emendas nº 1 a 4 visam a incluir no texto do PLN nº 7/2019 dispositivo com matéria não relacionada ao crédito em análise. Desse modo, indicamos tais emendas para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO, nos

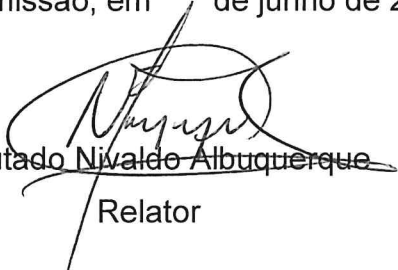




CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Sala da Comissão, em de junho de 2019.


Deputado Nivaldo Albuquerque

Relator





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Anexo - Demonstrativo a que se refere o
art. 146, §1º da Resolução nº 1/2006-CN

Emendas ao PLN nº 07/2019 a serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO

(art. 15, XI, da Resolução nº 1/2006-CN)

Nº da Emenda	Autor	Motivo
00001	Renata Abreu	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00002	Renata Abreu	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00003	Evair Vieira de Melo	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.
00004	Evair Vieira de Melo	Resolução nº 1/06-CN, art. 146.





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2019-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00 (trezentos mil, setecentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

UNIDADE: 12104 - Indústrias Regionais da S.A. Negreiros	
ANEXO II	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCEIAMENTO)	
	Crédito Especial
	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE INDEBENTIMENTO (CARRETERAMENTO)										
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							20.004	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							20.004	
28 846	0909 05366012	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	S	3	1	90	0	100	20.004	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									20.004	
TOTAL - GERAL									20.004	

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

UNIDADE: 1101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
ANEXO II	Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE IMPLANTO (ORÇAMENTO)									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909			Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						280.722
			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							280.722
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	280.722
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									280.722
TOTAL - GERAL									280.722